



## Representação no Brasil

Organização  
das Nações Unidas  
para a Educação,  
a Ciência e a Cultura

# Programa da UNESCO no Brasil 2013



CC BY NCSA UNESCO 2013

Esta licença permite aos usuários usar e reproduzir os conteúdos desta publicação somente para fins não comerciais, desde que conservem os créditos à UNESCO e licenciem a nova criação em termos idênticos.

*Revisão e projeto gráfico:* Unidade de Comunicação, Informação Pública e Publicações da Representação da UNESCO no Brasil

BR/2013/PI/H/03

Esclarecimento: a UNESCO mantém, no cerne de suas prioridades, a promoção da igualdade de gênero, em todas suas atividades e ações. Devido à especificidade da língua portuguesa, adotam-se, nesta publicação, os termos no gênero masculino, para facilitar a leitura, considerando as inúmeras menções ao longo do texto. Assim, embora alguns termos sejam grafados no masculino, eles referem-se igualmente ao gênero feminino.



SAUS, Quadra 5, Bloco H, Lote 6, Ed. CNPq/IBICT/UNESCO, 9º andar  
70070-912 - Brasília - DF - Brasil  
Tel.: (55 61) 2106-3500  
Fax: (55 61) 2106-3967  
Site: [www.unesco.org/brasil](http://www.unesco.org/brasil)  
E-mail: [grupoeditorial@unesco.org.br](mailto:grupoeditorial@unesco.org.br)  
[www.facebook.com/unesconarede](http://www.facebook.com/unesconarede)

# SUMÁRIO

PARTE I – Análise da situação .....	7
PARTE II – Cooperação passado e presente - lições aprendidas .....	11
PARTE III – Cenário proposto de cooperação .....	15
PARTE IV – Parcerias .....	27



## ANÁLISE DA SITUAÇÃO

A Representação da UNESCO no Brasil apresenta seu terceiro *UNESCO Country Programme Document* (UCPD) com o objetivo de expor e contextualizar ações da Organização que contribuam com o desenvolvimento de programas e políticas prioritárias para o Brasil no período de 2013 a 2015.

Este relatório é também um exercício de revisão da própria relevância da UNESCO, como parte do Sistema das Nações Unidas, em um país de renda média como o Brasil, estado-membro atuante na Organização e em outros foros mundiais, e que vem ganhando espaço nas relações internacionais.

O novo período de programação da UNESCO no Brasil deve levar em consideração sua contribuição possível, até 2015, na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), estabelecidos em 2000 com a Declaração do Milênio, assinalando que algumas das metas desses objetivos já foram superadas pelo Brasil. Deve-se levar em consideração, ainda, os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil após a Rio+20 (Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável).

Com a Rio+20, os países decidiram iniciar um processo de elaboração de um conjunto de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs), a partir dos ODMs e convergentes com a agenda de desenvolvimento pós-2015. Trata-se de uma agenda bem mais complexa, não apenas por tratar dos novos desafios globais de desenvolvimento e sustentabilidade, mas também pela necessidade de incluir as pautas dos países emergentes, dentre os quais o Brasil tem se destacado, com suas políticas inspiradoras para outras nações.

A sustentabilidade, sob todos os seus aspectos, se apresenta como o elemento norteador do desenvolvimento do Brasil para os próximos anos, conforme definido tanto no Plano Plurianual (PPA) 2012-2015 – “Mais Desenvolvimento, Mais Igualdade, Mais Participação”<sup>1</sup>, quanto no Plano

---

1. Disponível em: < [http://www.secretariageral.gov.br/art\\_social/forumppa/materiais-de-apoio/PPA\\_de\\_Bolso.pdf](http://www.secretariageral.gov.br/art_social/forumppa/materiais-de-apoio/PPA_de_Bolso.pdf)>.

Brasil sem Miséria<sup>2</sup>, do governo federal. As ações implementadas pelo Brasil no âmbito destes dois documentos de programação nacional tiveram o mérito de reduzir as desigualdades nacionais, com especial destaque para os resultados obtidos com os programas de transferência de renda, responsáveis por incluir uma parte significativa da população em situação de miséria na crescente classe média brasileira. É igualmente importante mencionar que outros elementos solidificam o novo cenário de redistribuição da riqueza do país. São eles a elevação progressiva do salário mínimo, a extensão de benefícios previdenciários e, sobretudo, a universalização da educação e a relação direta entre o aumento da escolaridade e a elevação da renda de parte dessa população. O desafio é manter esse novo contingente populacional na classe média, o que se dará por meio da transição de políticas de transferência de renda para políticas de geração de renda. Pressuposto dessa evolução é a retomada do crescimento econômico – responsável, também, pelo financiamento desses programas – e a consolidação do tecido produtivo, com o fortalecimento de pequenos e médios empreendedores.

Diante deste cenário, a contribuição da UNESCO pode se dar de diferentes formas nas cinco áreas de seu mandato. Entendemos que a sustentabilidade socioeconômica decorre de uma série de fatores, com a economia criativa desempenhando papel relevante na ampliação de oportunidades de geração de emprego e renda, além de promover inclusão e desenvolvimento de capacidades. Para tanto, a educação deve ser fortalecida, em especial a formação profissional técnica, a fim de atender as pequenas e médias empresas. Cria-se, dessa forma, um círculo virtuoso de sustentabilidade social, com a garantia do acesso da nova classe média não apenas ao mercado de consumo, mas, primordialmente, ao mercado de trabalho.

Por fim – e não menos importante – há a questão da sustentabilidade ambiental, cujo planejamento passa pelo desenvolvimento com inclusão, já mencionado, e também por uma análise crítica da concentração urbana e seus reflexos no ambiente.

No plano internacional, o Brasil segue com o desafio de qualificar sua cooperação. Os conhecimentos produzidos pelo país ao longo das últimas décadas podem e devem ser compartilhados com outras nações de diferentes graus de desenvolvimento, com especial destaque para os países africanos, sobretudo os de língua portuguesa, e os vizinhos das Américas. O Brasil ocupa um papel de destaque nestas duas regiões e sua liderança na cooperação Sul-Sul será bem-sucedida na medida em que for capaz de auxiliar outros países a buscar suas próprias soluções. É fundamental que essas soluções sejam adaptadas à realidade local, aos costumes e às culturas das diferentes populações, auxiliando na qualificação dos recursos humanos e materiais existentes. Neste contexto, a participação da UNESCO será relevante na medida em que puder auxiliar o Brasil e os países cooperantes na realização de diagnósticos de situação e no intercâmbio com os especialistas brasileiros, com vistas à capacitação de equipes locais.

O cenário dinâmico das relações internas e internacionais do Brasil é decisivo para a própria UNESCO, pois demanda um novo modelo de escritório. A Representação da UNESCO em Brasília é um escritório nacional, embora com um olhar não apenas para dentro do país. Trata-se de um

---

2. Disponível em: <<http://www.brasilemmiseria.gov.br/>>.

modelo aberto à evolução, sintonizado com as mudanças de perfil do Brasil e que precisa manter a condição de escritório sustentável, em que grande parte de suas operações é financiada pelos projetos extra orçamentários implementados com os parceiros nacionais.

Atender às demandas do Brasil, pautadas pelo desenvolvimento sustentável, exige o fortalecimento das capacidades de resposta intersetorial. Conhecimento, ciência e inovação são motores do desenvolvimento e dependem de uma educação básica de qualidade, um dos elementos essenciais de uma sociedade inclusiva e capaz de transformar sua diversidade em riqueza e conhecimento.

Todos estes aspectos estão refletidos, também, no Marco de Assistência das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDAF), recentemente validado junto ao governo brasileiro<sup>3</sup>. Além do UNDAF, o UCPD também buscou contemplar os documentos que contêm as Estratégias de Meio Termo da UNESCO, chamados C4<sup>4</sup> e C5<sup>5</sup>, documentos basilares de orientação estratégica da Organização. Nessa perspectiva, destacam-se as principais áreas temáticas:

- Objetivos de Desenvolvimento do Milênio para todos e todas;
- Economia Verde e do Trabalho Decente no Contexto da Erradicação da Pobreza e do Desenvolvimento Sustentável;
- Segurança Pública e Cidadania;
- Cooperação Sul-Sul.

Esse é o contexto e ao mesmo tempo o desafio da Representação da UNESCO para sua atuação no Brasil. Os desafios específicos e as contribuições para o seu enfrentamento são descritos a seguir, atestando a atuação da Organização em suas cinco áreas de mandato, todas igualmente relevantes para o país.

---

3. O UNDAF referente ao período 2012-2016 será, em breve, publicado na internet.

4. UNESCO's Medium-Term Strategy for 2008-2013: document 34 C/4. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001499/149999e.pdf>>.

5. Document 36 C/5. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001919/191978e.pdf>>.

# SciELO

ciências humanas e sociais  
ciências naturais  
cultura  
comunicação e informação  
educação



## Cooperação passada e presente – lições aprendidas

Ao mesmo tempo em que a Representação da UNESCO no Brasil reforça o reconhecimento, por parte da Organização, da relevância do país para a região e de sua importância no cenário político e econômico internacional, a presença de um escritório nacional reafirma o interesse de que os temas prioritários do mandato da UNESCO estejam refletidos em suas políticas públicas. Nos últimos anos, como já observado, o Brasil vem trabalhando intensamente para superar seus desafios, como a qualidade dos serviços públicos prestados à população, as desigualdades regionais e a erradicação da extrema pobreza.

Conforme já observado no UCPD 2011-2012, mudanças no cenário da cooperação internacional no Brasil motivaram o aperfeiçoamento da atuação da UNESCO no país. Naquele momento, dois fatores contribuíram para esta mudança: o incremento da cooperação triangular, com a contribuição da UNESCO e do Sistema das Nações Unidas para a cooperação Sul-Sul brasileira, e a substituição progressiva do componente de serviços operacionais pela cooperação técnica de valor agregado nos projetos de cooperação.

A resposta da Representação da UNESCO mostrou-se satisfatória. Em relação ao portfólio de projetos, em 2011 foram executados por meio de recursos extra orçamentários aproximadamente R\$ 84 milhões de reais, ao passo que a execução de recursos de programa regular ficou em cerca de US\$ 409,8 mil dólares. Já no ano de 2012, a execução de recursos extra orçamentários praticamente se manteve, atingindo a marca de R\$ 84,5 milhões; no mesmo período, a execução de recursos do programa regular apresentou declínio totalizando \$ 65,3 mil dólares, o que pode ser atribuído à reorientação estratégica e orçamentária pela qual a Organização passou.

A característica do portfólio de projetos também se alterou neste período. Apesar da redução do volume médio de recursos destinados a cada projeto, ampliou-se o número de parceiros com os quais a UNESCO passou a trabalhar, incluindo não apenas projetos com o governo federal, mas

também parcerias com estados e municípios. Alterou-se o escopo da atuação da UNESCO, agora mais voltado para a produção de subsídios (diagnósticos e indicadores para monitoramento e avaliação, por exemplo) visando à formulação e qualificação das políticas públicas em suas cinco áreas de atuação.

A relação com o setor privado também foi fortalecida e os bons resultados têm gerado novas aproximações com parceiros privados, interessados, sobretudo, na capacidade da Organização em agregar valor às ações de responsabilidade social corporativa já desenvolvidas por esses parceiros.

Os resultados obtidos neste período trazem grande satisfação para a UNESCO e podem ser acessados por meio do SISTER (*System of Information on Strategies, Tasks and the Evaluation of Results*)<sup>6</sup>. Vale destacar alguns exemplos bem-sucedidos de ação intersetorial:

- Edição em português da Coleção “História Geral da África”<sup>7</sup>: publicada em dezembro de 2010, este poderoso produto da cooperação com o Ministério da Educação e a Universidade Federal de São Carlos vem trazendo importantes desdobramentos, como a produção de materiais pedagógicos para o ensino da História da África e dos Afro-brasileiros na educação básica, vídeos para debate e reflexões e a decisão da Conferência Geral da Organização de aprovar a elaboração do 9º volume da Coleção, voltado para a diáspora africana e que conta com o apoio financeiro do governo brasileiro;
- Publicação da Lei brasileira de Acesso à Informação<sup>8</sup>: construída a partir de subsídios e de estudos internacionais elaborados pela UNESCO, a Lei de Acesso à Informação avança na transparência governamental e no controle social, além de garantir aos cidadãos brasileiros o direito à memória;
- Documentação de Línguas Indígenas: em parceria com o Museu do Índio, vinculado à Fundação Nacional do Índio (FUNAI), foi realizada uma impressionante catalogação de línguas indígenas nas cinco regiões do país. Vale destacar a metodologia utilizada, que incluiu a capacitação de jovens indígenas no uso de tecnologias digitais para a captação de sons e imagens junto aos idosos de suas aldeias, detentores do uso das línguas tradicionais, além do tratamento e armazenamento de registros mais antigos, até então sob a guarda de pesquisadores internacionais;
- Cooperação com a Guiné-Bissau para a implementação do Programa Abrindo Espaços<sup>9</sup>: em parceria com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), o Ministério da Educação (MEC), o Instituto Elos e a Fundação Gol de Letra, a UNESCO iniciou um novo marco na cooperação Sul-Sul, com a participação não apenas de parceiros governamentais, mas também de organizações não governamentais, levando para um país africano a experiência desenvolvida

6. Disponível em: <<http://sister.unesco.org>>.

7. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/education/inclusive-education/general-history-of-africa/>>.

8. BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Diário Oficial da União, 18 de novembro de 2011. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm)>.

9. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/social-and-human-sciences/youth/open-schools-programme/>>.

no Brasil durante os quase dez anos de implementação do Programa Abrindo Espaços.

Entre as lições aprendidas durante o período do UCPD 2011-2012 destaca-se o conhecimento adquirido a partir da diversificação de parceiros de cooperação. A ampliação da cooperação com a iniciativa privada e da cooperação Sul-Sul demonstrou a necessidade de aperfeiçoar os procedimentos administrativos internos.

Para o novo período coberto pelo presente UCPD 2013-2015, em termos operacionais, iniciou-se a revisão dos processos administrativos que dão suporte às ações de cooperação, de modo a agilizá-los, reduzir seus custos e ampliar a transparência das ações, como parte da estratégia orçamentária de autossuficiência do escritório. Diante dos desafios de sustentabilidade financeira nos próximos anos, a redução dos custos administrativos, inclusive em trabalho conjunto com outras instituições do Sistema ONU, permitirá reforçar a capacidade crítica da Representação, elemento central deste novo modelo de cooperação demandado pela sociedade brasileira.

Pretende-se ainda, em colaboração com a Rede de Cátedras, com os Centros de Categoria 2 estabelecidos no Brasil e com os Embaixadores da Boa Vontade, fomentar o debate público sobre os desafios brasileiros nas cinco áreas de competência da UNESCO, buscando soluções criativas e coordenadas para avançar no desenvolvimento sustentável do país.

Também se observou nos últimos anos que o aprimoramento no uso das ferramentas de comunicação tem permitido uma articulação mais intensa com os públicos da Organização. Manter e promover a visibilidade das ações da UNESCO no Brasil é elemento essencial no relacionamento com parceiros e com o público em geral, contribuindo para o melhor entendimento de suas ações e a conexão com a vida dos cidadãos. Observa-se que a comunicação acompanha ampla transformação de linguagem: além dos produtos multimídia como tendência eficiente na transmissão de informação e de conhecimento, o relacionamento por meio de canais das mídias sociais tem revolucionado a presença institucional junto aos diferentes públicos.



## Cenário proposto de cooperação

A partir da análise das prioridades do Brasil para os próximos anos, tal como descritas no PPA 2012-2015, bem como os resultados esperados dentro de cada área de mandato da Organização, a Representação da UNESCO no Brasil pretende concentrar suas ações de cooperação em 2013-2015 nas seguintes áreas:



### Objetivo de desenvolvimento

Todos os brasileiros têm o direito fundamental à educação de qualidade ao longo da vida assegurado pelo Estado.

### Objetivos de médio prazo

1. Governança educacional aprimorada por meio de ações para promover a eficácia, a transparência e a participação dos processos educacionais.
2. Equidade ampliada nas condições de acesso e nos resultados do sistema educacional brasileiro.
3. Qualidade fortalecida dos processos educacionais para o desenvolvimento da aprendizagem.

## Resultados esperados

1. Equidade no acesso e qualidade da aprendizagem garantidos em todos os níveis da educação (educação básica e superior).
2. Políticas de alfabetização na idade certa, assim como alfabetização de jovens e adultos fortalecidas, garantindo a melhoria na eficiência e continuidade dos programas e ações.
3. Capacidades nacionais em prol da formação e valorização dos docentes fortalecidas.
4. Ferramentas de gestão, de planejamento e de avaliação consolidadas tendo como objetivo a melhoria na eficácia dos recursos aplicados na educação e nos resultados na aprendizagem.
5. Políticas públicas consolidadas em prol da eficiência do sistema educacional brasileiro, levando em consideração o pacto federativo e as diretrizes do PNE, nas três esferas: municipal, estadual e federal.
6. Educação técnica e vocacional (ou profissional) fortalecida e articulada com o ensino fundamental e médio.
7. Princípios de educação ao longo da vida reconhecidos e fortalecidos.
8. Políticas públicas sobre educação preventiva de HIV/Aids implementadas nas escolas, tanto no âmbito da educação formal, quanto no que se refere a políticas especiais de educação preventiva de HIV/Aids, adaptadas à linguagem do público-alvo, às especificidades culturais e religiosas, assim como a promoção de valores e práticas relativos à saúde, de modo geral.
9. Diretrizes curriculares da educação das relações étnico-raciais aplicadas nos sistemas de ensino.
10. Educação para o desenvolvimento sustentável aprimorada.
11. Políticas educacionais para a juventude revisadas e fortalecidas.

## Desafios

1. Promover o acesso universal à educação a todos os brasileiros, independente de sua condição socioeconômica, cultural, étnica ou religiosa.
2. Aprimorar a qualidade da educação básica, incluindo a implementação de políticas de educação integral, educação preventiva e de educação para o desenvolvimento sustentável.
3. Ampliar o acesso à educação infantil de qualidade.
4. Superar as dificuldades de aprendizado dos alunos, por meio de metodologias educacionais adaptadas à realidade dos alunos.
5. Ampliar a conclusão dos estudos e diminuir as taxas de evasão escolar, em todos os níveis educacionais.
6. Erradicar as práticas de exclusão escolar, sejam de qualquer natureza, por meio da educação para os direitos humanos e o estímulo ao convívio com as diferenças.
7. Apoiar iniciativas que promovam melhor cooperação entre educação básica e superior.

8. Garantir que na educação básica sejam desenvolvidas competências de base, técnicas e profissionais, transversais e transferíveis, necessárias para a inserção adequada dos jovens no mercado de trabalho.

9. Apoiar práticas que garantam a qualidade na formação inicial e continuada de professores, assim como a valorização da profissão docente.



### Objetivo de desenvolvimento

Garantir o direito ao meio ambiente equilibrado, incentivando políticas de conservação e de desenvolvimento em consonância com a sustentabilidade, além de ampliar o acesso ao conhecimento científico e tecnológico produzido, e o direito de produzir conhecimento científico.

### Objetivos de médio prazo

1. Incrementar a construção de capacidades técnicas de planejamento e avaliação de políticas e programas nas áreas de ciência, tecnologia e inovação voltadas ao desenvolvimento sustentável.
2. Promover o processo de articulação institucional para consolidar a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.
3. Apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil.
4. Fomentar a formulação e gestão de políticas públicas voltadas para a inovação e a competitividade industrial do país.
5. Apoiar políticas que contemplem o uso racional e sustentável dos recursos da biodiversidade em consonância com as práticas de proteção preconizadas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), em especial as relativas às reservas da biosfera e aos sítios do Patrimônio Mundial Natural.
6. Apoiar os princípios da educação para o desenvolvimento sustentável, com foco nos estudantes dos ensinos fundamental e médio.
7. Desenvolver e apoiar a implementação de instrumentos e processos institucionais que possibilitem a consolidação de diferentes mecanismos de execução dos recursos das Compensações Ambientais.
8. Apoiar a elaboração e implantação das políticas de conservação dos ecossistemas costeiros e marinhos, assim como o processo de desenvolvimento do Plano Nacional de Ordenamento Territorial, Costeiro e Marinho do país.

9. Apoiar a implementação das políticas e a construção de capacidade técnica e institucional de gestão dos recursos hídricos nos três níveis de governo – federal, estadual e municipal.
10. Desenvolver a *expertise* de elaborar e apoiar a implementação dos Planos de Gestão Socioambiental Portuária.

### Resultados esperados

1. Política Nacional de Ciência e Tecnologia consolidada.
2. Rede Nacional de Geoparques criada e em funcionamento.
3. Professores capacitados sobre educação ambiental e científica, de modo a formar cidadãos conscientes em prol da sustentabilidade do planeta.
4. Instituições nacionais capacitadas para a gestão dos recursos hídricos de forma mais eficiente, considerando os ciclos hidrológicos superficiais e subterrâneos.
5. Integração e cooperação em ciência, tecnologia e inovação entre os países do Mercosul.
6. Plano Nacional de Ordenamento Territorial, Costeiro e Marinho finalizado e publicado, envolvendo as feições continental, costeira e marinha, com base nas complexas inter-relações entre os ambientes, suas características ambientais, vetores de pressão e realidades socioeconômicas.
7. Definição dos instrumentos e procedimentos institucionais que possibilitem ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) a execução dos recursos da compensação ambiental.

### Desafios

1. Promover, junto à sociedade brasileira, a importância da ciência como ferramenta de desenvolvimento nacional.
2. Sensibilizar a população e os setores produtivos da sociedade sobre a importância da conservação da biodiversidade brasileira, tendo em vista o seu papel estratégico na promoção do avanço científico, como caminho para o desenvolvimento sustentável.
3. Estimular a introdução dos conceitos de economia verde na elaboração das políticas e na implementação das ações voltadas ao desenvolvimento sustentável, geração de renda e emprego.
4. Estimular a produção de estudos ambientais que sirvam de subsídios para as práticas de licenciamento ambiental.
5. Sensibilizar todos os atores sociais para apoiarem a implementação das políticas e ações decorrentes dos desdobramentos da Rio+20 nas temáticas de água e oceanos, de forma a garantir um futuro econômico, social e ambientalmente sustentável para as gerações presentes e futuras.
6. Consolidar a política, os instrumentos e os procedimentos institucionais de operacionalização e execução das compensações ambientais.



## Objetivo de desenvolvimento

Diminuir progressivamente as desigualdades sociais no país, por meio da promoção dos direitos humanos individuais e coletivos.

## Objetivos de médio prazo

1. Difundir conhecimentos e boas práticas de transformações sociais como base para a elaboração e a implementação de políticas públicas em prol da erradicação da miséria, da redução da pobreza e da inclusão social.
2. Ampliar o respeito aos direitos humanos no país, com políticas consolidadas de combate ao racismo e à discriminação, assim como fortalecer as políticas de inclusão da pessoa com deficiência na vida social e no mercado de trabalho.
3. Promover políticas de prevenção à violência urbana e de promoção da segurança humana, especialmente nas grandes áreas urbanas e metropolitanas do país.
4. Fomentar o debate sobre desafios éticos e sociais emergentes, em especial bioética, e promoção dos valores de cultura de paz, respeito à diversidade e tolerância.

## Resultados esperados

1. Agentes públicos e organizações não governamentais aptas à promoção de valores sociais e práticas de cultura de paz.
2. Expansão das práticas de redução da violência no ambiente escolar, em especial entre os jovens, com crescente envolvimento da comunidade escolar e compartilhamento dessas práticas no âmbito da cooperação Sul-Sul.
3. Promoção dos valores universais dos direitos humanos, por meio da educação formal e não formal, incluindo o fortalecimento de instâncias governamentais ou consultivas atuantes na área.
4. Inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, com total respeito à sua condição e com a coerente adaptação que se necessite.
5. Políticas públicas efetivas pelo desenvolvimento social e em prol da eliminação de todas as formas de discriminação, em especial o racismo e a desigualdade de gênero.

6. Políticas de segurança pública consolidadas e condizentes com o respeito ao pleno exercício da cidadania.
7. Fomento ao debate no campo da bioética e dos princípios éticos, tanto para a vida e a educação profissional, quanto para as relações interpessoais.

### Desafios

1. Erradicar a pobreza resiliente no país, especialmente nas regiões consideradas “bolsões” de pobreza.
2. Promover os direitos humanos e o respeito à diversidade, de maneira especial nas populações mais vulneráveis.
3. Promover ações de inclusão social, em especial prevenção à violência, esporte e empoderamento da juventude.
4. Fortalecer o pleno exercício da cidadania e ampliar o controle social sobre políticas públicas, apoiando conferências nacionais, conselhos e outros instrumentos de participação política.
5. Ampliar parcerias e redes institucionais, em particular com o setor privado e a academia, no sentido de realizar o mandato da UNESCO na área de Ciências Humanas e Sociais.



---

### Objetivo de desenvolvimento

Incrementar as capacidades nacionais instaladas a fim de preservar e promover o patrimônio e a diversidade cultural, e incentivar o diálogo intercultural.

### Objetivos de médio prazo

1. Integrar políticas de preservação do patrimônio cultural ao desenvolvimento sustentável.
2. Fortalecer práticas de apoio e salvaguarda do patrimônio cultural intangível.
3. Promover e difundir a diversidade cultural o diálogo intercultural, com todas suas interfaces: religiosa, étnica e cultural.

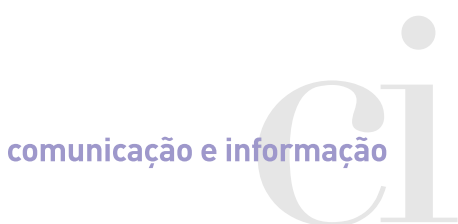
### Resultados esperados

1. Fortalecimento de políticas públicas de promoção e desenvolvimento de sítios do patrimônio histórico.

2. Aprimoramento das práticas de gestão do patrimônio cultural, nas esferas municipais, estaduais e federal, e compartilhamento dessas práticas no âmbito da cooperação Sul-Sul.
3. Programa museológico, museográfico e exposição do Museu de Congonhas concluídos e lançados.
4. Elementos do patrimônio imaterial salvaguardados, com ênfase na documentação de línguas e culturas indígenas.
5. Aumento da produção, da oferta e do acesso a bens e serviços culturais à população, de modo geral.
6. Políticas de apoio à promoção do livro e da leitura consolidadas.
7. Políticas públicas em prol do diálogo intercultural e inter-religioso consolidadas com ênfase na preservação e promoção dos sítios de memória do tráfico negreiro.

## Desafios

1. Associar as políticas de patrimônio com as diversas práticas de desenvolvimento econômico, sejam práticas nacionais ou locais, de forma sustentável.
2. Conciliar as diretrizes da Convenção para a Proteção do Patrimônio Subaquático e a legislação nacional vigente.
3. Identificar e avaliar as particularidades de gestão do patrimônio nos países ligados à cooperação Sul-Sul, de modo a adequar as atividades e práticas desenvolvidas à sua realidade.
4. Aprimorar e efetivar políticas consolidadas para o diálogo intercultural e inter-religioso.
5. Empoderar as comunidades para a implementação de atividades vinculadas à proteção e à promoção da diversidade cultural.
6. Promover o turismo vinculado ao patrimônio cultural, de forma sustentável, como ferramenta de preservação e de desenvolvimento regional.



---

## Objetivo de desenvolvimento

Promover o conceito da sociedade do conhecimento e o acesso às infoestruturas e à informação de qualidade. Estimular políticas de inclusão digital que fomentem o uso criativo das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) para a educação, a ciência e a cultura. Apoiar políticas públicas para o desenvolvimento da mídia pública e comunitária com ampla liberdade de expressão.

## Objetivos de médio prazo

1. Capacitar professores universitários e jornalistas com base em modelo curricular da UNESCO para o ensino do jornalismo.
2. Desenvolver estratégias de comunicação para o empoderamento de jovens, por meio das TICs.
3. Estimular políticas de integração de TICs em escolas da rede pública.
4. Capacitar jovens do ensino técnico e vocacional (profissionalizante), incorporando as TICs e demais tecnologias inovadoras com vistas ao mercado de trabalho.
5. Fortalecer políticas de disseminação das TICs como forma de promoção do desenvolvimento econômico.
6. Fomentar políticas públicas que garantam o acesso universal à informação pública, transparência e exercício da cidadania.
7. Estimular mecanismos de gestão da informação para as políticas públicas de educação e cultura.
8. Desenvolver infoestruturas de governo eletrônico, assegurando boas práticas de governança.

## Resultados esperados

1. Políticas públicas de comunicação social e eletrônica modernizadas.
2. Qualificação profissional para os servidores das mídias públicas e profissionais das mídias comunitárias disponibilizadas.
3. Cidadãos mais bem-informados, com acesso a uma ampla gama de informações de diferentes áreas.
4. Políticas nacionais de arquivos e bibliotecas consolidadas, com foco na melhoria da gestão de documentos e de arquivos públicos e na democratização do acesso à informação pública.
5. Maior número de brasileiros com acesso garantido ao letramento digital.

## Desafios

1. Promover e estimular a expansão das infoestruturas e de serviços de comunicação social, comunicação eletrônica e telecomunicações de modo a contribuir com a diminuição das assimetrias informacionais.
2. Capacitar profissionais da mídia para que sejam isentos e capazes de trabalhar com transversalidade os grandes temas de interesse nacional.
3. Monitorar casos de agressão contra jornalistas, que no exercício de sua profissão venham a sofrer ameaças e retaliações.

4. Contribuir para que as TICs sejam utilizadas como ferramenta de inclusão social, educacional e de capacitação para a competitividade do mercado de trabalho, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do país.
5. Estimular a produção de conteúdo por parte do Estado, de modo a fortalecer seu papel de promotor no acesso à informação.



## Parcerias

Por sua natureza de organismo intergovernamental, a UNESCO sempre teve como parceiros preferenciais os governos nacionais. Entretanto, a presença da Organização em um país federativo como o Brasil demanda de sua Representação a capacidade de dialogar tanto com o governo federal, quanto com os governos estaduais e municipais.

A Constituição brasileira de 1988 deu início ao processo de municipalização de políticas públicas e de atendimento direto à população. Por esta razão, a UNESCO entende que sua presença e cooperação com todas as esferas federadas é essencial, especialmente em temas como a gestão educacional, a qualificação de professores, o uso sustentável de bens naturais, o desenvolvimento social e o combate à pobreza.

Por outro lado, não se pode ignorar a importância de outros atores não governamentais na implementação de políticas públicas e na construção do desenvolvimento do país. Cabe à UNESCO não apenas dialogar com esses outros atores mas, também, atuar como catalisadora de interações entre estes setores. Por exemplo, fazendo a ponte entre a universidade e os setores produtivos.

Diante deste cenário e tendo por base a experiência de trabalho dos últimos anos, o governo federal segue sendo o principal parceiro da Representação da UNESCO no Brasil para mais este período do UCPD. No entanto, pretende-se reforçar a cooperação com as demais unidades federadas – estados, Distrito Federal e municípios – inclusive como forma de reforço à cooperação com a esfera federal, auxiliando a transmissão de determinações e recomendações das políticas federais para as esferas locais. Desta forma, a UNESCO contribuirá para a melhoria dos instrumentos de governança e para a capacitação de recursos humanos voltados à gestão das políticas públicas.

A UNESCO no Brasil entende que é relevante reforçar, nos próximos anos, sua relação com o empresariado brasileiro, com suas instituições de responsabilidade social e com suas entidades organizativas, de modo a aumentar a eficiência de suas ações e projetos.

Como forma de garantir a qualidade dos subsídios às políticas públicas nacionais, também é relevante a aproximação com a academia e os centros de pesquisa e excelência. A relação efetiva e constante com a Rede de Cátedras UNESCO deve ser reforçada, da mesma forma que devem ser buscadas novas parcerias com outras universidades e centros de pesquisa. A consequência será a promoção de debates que possam ser transformadores e geradores de novas soluções para os desafios brasileiros. Há interesse, ainda, em reforçar as atuais atividades de formação de capacidades já em curso nos centros de categoria 2 no país, qualificando especialistas brasileiros e promovendo a troca de experiências, especialmente com outros países da América Latina e com os países africanos de língua portuguesa.

No cenário atual de mudança do marco da cooperação internacional, a parceria com outras agências, fundos e programas do Sistema das Nações Unidas assume especial relevância. Além do relacionamento natural nos programas e grupos de trabalho interagenciais, mostra-se cada vez mais necessária a aproximação operacional. A equipe local das Nações Unidas (UNCT – *United Nations Country Team*), tendo a UNESCO como agência líder, assumiu o desafio de implementar o projeto piloto do UNDG (*United Nations Development Group*) denominado BOS (*Business Operations Strategy*), que responde à demanda dos Estados-membros de reduzir custos operacionais e eliminar a duplicação de ações de suporte à execução dos projetos. Neste sentido, a UNESCO no Brasil vem trabalhando com afinco na implantação deste modelo piloto de harmonização de procedimentos e otimização de recursos, humanos e financeiros. O que se busca é aumentar a efetividade, a transparência e o controle sobre os processos administrativos, reduzindo o custo dessas operações.





Organização  
das Nações Unidas  
para a Educação,  
a Ciência e a Cultura

## Representação no Brasil

ciências naturais

ciências humanas e sociais

cultura

comunicação e informação

educação

